

Bem-vindos à newsletter da Provedoria de Justiça

Na segunda edição da newsletter em 2025, destacamos o fortalecimento da cooperação entre os Provedores de Justiça e as instituições nacionais de direitos humanos (INDH) no espaço lusófono.

Em fevereiro, tive o privilégio de me deslocar à Guiné-Bissau, onde procurámos reforçar a cooperação em matéria de direitos humanos, com encontros com as autoridades guineenses e com a sociedade civil. Foi também uma oportunidade para preparar a apresentação internacional da Rede de Direitos Humanos dos Países de Língua Portuguesa, uma plataforma informal que visa fortalecer a cooperação entre Provedores de Justiça e INDH no espaço lusófono.

Tal viria a ocorrer em março, em Genebra, com a participação da Rede na Assembleia da Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos, com a presença de quase todos os seus membros, do Brasil a Timor-Leste. Este momento constituiu um marco significativo de reafirmação do nosso compromisso conjunto com os mais elevados padrões de direitos humanos nestas geografias unidas pela língua, mas também de reconhecimento perante o sistema internacional que tanto releva justamente para a nossa ação.

Foi também em Genebra que recebemos o certificado que renova a acreditação da Provedoria de Justiça como INDH em conformidade máxima com os princípios de Paris, ao lado dos nossos parceiros de Timor-Leste, aspirando a que mais membros da nossa Rede possam obter essa acreditação.

Além disso, iniciativas como os *webinars* realizados no seio desta Rede, desde o início de 2025, têm-se revelados essenciais para a partilha de conhecimentos e para fortalecer a colaboração entre as nossas instituições e as organizações internacionais. Estamos, assim a dar passos concretos para robustecer a proteção dos direitos humanos no espaço lusófono.



| Nesta edição

| Destaques

| Intervenções

| Agenda

| Na próxima edição

| Passa a Palavra



DESTAQUES

Provedora de Justiça desloca-se a Bissau e a Genebra

A Provedora de Justiça deslocou-se a Bissau, em fevereiro, para reforçar a cooperação bilateral em matéria de direitos humanos e preparar a



apresentação da Rede de Direitos Humanos dos Países de Língua Portuguesa no plano internacional, junto da Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (GANHRI). A apresentação teve lugar em março, durante a Assembleia Geral e Conferência da GANHRI, realizada em Genebra.

Renovação da acreditação como INDH

Ainda no quadro da Assembleia Geral da GANHRI, Maria Lúcia Amaral recebeu o certificado que renova o reconhecimento do Provedor de Justiça como INDH com estatuto “A”, em plena conformidade com os Princípios de Paris. Conferido desde 1999, este estatuto concede à instituição amplos direitos de participação no sistema internacional de direitos humanos. A sua **renovação**, obtida em junho de 2024, resultou de um rigoroso processo de avaliação conduzido pela GANHRI.



Visita da Secretária-Geral da Rede Europeia de Instituições Nacionais de Direitos Humanos a Lisboa

A Secretária-Geral da ENNHRI deslocou-se a Lisboa, no dia 6 de março, tendo reunido com os membros da instituição e realizado uma apresentação dirigida a toda a equipa. Entre os temas abordados, destacaram-se o papel das INDH enquanto pontes – nomeadamente na coordenação de múltiplos mandatos – e as diversas formas através das quais a ENNHRI e instituições congéneres podem apoiar a Provedoria de Justiça nas múltiplas dimensões da sua atuação.

Lançamento do podcast da Provedoria de Justiça

A Provedoria de Justiça lançou o podcast “Os Direitos São Conversa?”, um espaço de diálogo e reflexão sobre temas ligados aos direitos e à cidadania, que se pretende também como instrumento de conhecimento e de aproximação à instituição. O primeiro episódio contou com a participação de Mónica Ferro, Diretora do Escritório de Londres do Fundo das Nações Unidas para a População, e Carla Tavares, Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), numa conversa sobre igualdade de género, discriminação e políticas públicas. Este episódio pode ser ouvido [aqui](#).



Provedora de Justiça na Comissão Eventual para o acompanhamento da Agenda Anticorrupção

A Provedora de Justiça foi ouvida, no dia 11 de fevereiro, pela Comissão Eventual para o Acompanhamento da Agenda Anticorrupção da Assembleia da República. A audição pode ser vista [aqui](#).

Provedora de Justiça participa em Seminário sobre Direitos Humanos e Atividade Policial

Maria Lúcia Amaral participou como oradora no VII Seminário de Segurança Interna, subordinado ao tema “Direitos Humanos e Atividade Policial”, evento organizado, em 22 de janeiro, pela Academia Militar, em Lisboa. A sua intervenção pode ser lida [aqui](#).

Publicação do relatório temático do MNP sobre condições e procedimentos de detenção da Guarda Nacional Republicana

O Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP) publicou um relatório temático sobre as condições e procedimentos de detenção nas unidades territoriais da Guarda Nacional Republicana, com base em visitas realizadas em 2023 e 2024. O relatório identifica preocupações quanto às condições materiais dos espaços de detenção, sublinhando, por exemplo, a ausência generalizada de vídeo vigilância e a falta de privacidade em alguns postos. No plano dos procedimentos, foram detetadas falhas no registo documental das detenções e insuficiências na plataforma informática da GNR. O relatório, que pode ser lido na íntegra [aqui](#), destaca ainda a necessidade de reforçar a consciencialização dos militares quanto ao dever legal de denúncia de indícios ou queixas de maus-tratos, mesmo quando considerados infundados.

INTERVENÇÕES

Pedidos de fiscalização da constitucionalidade

Provedora de Justiça requer a fiscalização da constitucionalidade da lei que restaurou a Casa do Douro como associação pública

A Provedora de Justiça requereu ao Tribunal Constitucional a fiscalização da norma que restaurou a Casa do Douro como associação pública, suscitando dúvidas quanto à conformidade da solução legislativa com os princípios constitucionais da liberdade de associação e da iniciativa privada. Leia o requerimento na íntegra [aqui](#).

Outras atuações

Atualização dos critérios de acesso à tarifa social da água

Na sequência de intervenção da Provedoria de Justiça, a Direção-Geral das Autarquias Locais confirmou, em fevereiro, a correção de uma falha na atualização dos critérios de acesso à tarifa social dos serviços de águas. A situação, identificada em 2024 no âmbito de uma queixa, estava a excluir indevidamente consumidores com direito a esse apoio.

Programa “Edifícios Mais Sustentáveis”

A Provedoria de Justiça sugeriu ao Fundo Ambiental a revisão de candidaturas ao programa PAE+S 2023, rejeitadas devido a alterações nos critérios sobre certificação energética que geraram insegurança jurídica e dúvidas aos candidatos, depois de ter recebido numerosas queixas. Leia a sugestão na íntegra [aqui](#).

Projeto OPRAS - Acesso à justiça para refugiados e requerentes de asilo

A Provedoria de Justiça participou no projeto europeu *OPRAS – Operationalising Refugee and Asylum Seekers’ Access to Justice*, uma iniciativa que visou identificar desafios e promover soluções para melhorar o acesso à justiça de requerentes de asilo e refugiados. A colaboração da Provedoria incluiu a partilha de práticas e experiências institucionais, integrando o esforço coletivo de desenvolvimento de recomendações, ferramentas e recursos destinados a profissionais que atuam na proteção dos direitos destas populações vulneráveis. O projeto envolve uma rede europeia de instituições públicas, organizações da sociedade civil, universidades e *ombudsmen*.

AGENDA

18 de janeiro

Conferência Internacional sobre o Estado de Direito e a Administração da Justiça

Participação da Provedora de Justiça na conferência internacional “Estado de Direito e Administração da Justiça”, promovida pela Organização Europeia de Direito Público (EPLO). A iniciativa reuniu representantes de várias instituições nacionais e internacionais para refletir sobre os desafios que se colocam à independência do poder judicial, ao acesso à justiça e ao papel dos *ombudsmen* na defesa do Estado de direito.

6 de fevereiro

Participação na *Ombuds Academy - IOI Europe*

Participação na [2ª edição da *Ombuds Academy*](#), uma iniciativa do Instituto Internacional do *Ombudsman* (IOI) - Região Europa, dedicada à capacitação técnica dos profissionais destas instituições. A edição deste ano teve como tema central “Mediação e resolução alternativa de litígios”, promovendo a partilha de boas práticas entre os participantes de diferentes países e o reforço de competências na mediação institucional.

29 e 30 de janeiro

Ação de formação da OIM sobre migrações para advogados

Participação do MNP como orador em ação de formação organizada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), no âmbito do projeto “Direitos sem Fronteiras” e que abrangeu mais de 400 advogados.

5 e 6 de fevereiro

Fórum Europeu de Mecanismos Nacionais de Prevenção em Estrasburgo

Participação no seminário “Combater a sobrelotação nas prisões europeias: reforçar o papel dos Mecanismos Nacionais de Prevenção na salvaguarda dos direitos e na garantia de uma supervisão eficaz”, promovido pelo Conselho da Europa no âmbito do Fórum Europeu de MNP. O encontro reuniu representantes de vários países europeus para debater soluções para o problema da sobrelotação prisional e reforçar o papel dos MNP na proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

5 e 6 de fevereiro

Sessão de trabalho sobre o Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo em Bruxelas

Participação numa sessão de trabalho dedicada ao novo Pacto da União Europeia em matéria de Migração e Asilo, promovida pelo *Ombudsman* dos Países Baixos. O encontro reuniu representantes de *ombudsmen* europeus para refletir sobre os desafios colocados pelo novo quadro europeu, incluindo a necessidade de garantir salvaguardas legais adequadas e o respeito pelos direitos fundamentais dos migrantes e requerentes de asilo.

24 e 25 de fevereiro

Visita da Comissão de Justiça Administrativa do Quênia

Organização de uma visita de estudo a Lisboa por parte de uma delegação da Comissão de Justiça Administrativa do Quênia, em parceria com a Comissão Europeia, no âmbito do programa de Assistência Técnica e Intercâmbio de Informação (TAIEX). A iniciativa centrou-se nos temas da justiça administrativa e do acesso à informação, tendo a Provedoria de Justiça assegurado um programa dedicado à partilha de experiências e conhecimentos nestes domínios.

28 de fevereiro

Especialização Avançada em Mediação de Conflitos

Conclusão do curso de Especialização Avançada em Mediação de Conflitos por seis assessores da Provedoria de Justiça, curso reconhecido pelo Ministério da Justiça e com certificação para o exercício da atividade de mediação de conflitos.

6 de março

Reunião com a Rede Europeia de Contencioso Prisional

Reunião do MNP com a Rede Europeia de Contencioso Prisional no âmbito de um projeto de investigação que tem como objetivo desenvolver uma análise comparada do acesso aos direitos e à assistência jurídica por reclusos na Grécia, na Ucrânia e em Portugal.

12 de março

Webinar INA - Programa de Capacitação em Direitos Humanos

Lecionação do *webinar* inaugural da 7.^a edição do Programa de Capacitação em Direitos Humanos para a Administração Pública, promovido pelo Instituto Nacional de Administração (INA). A sessão foi dedicada ao tema “As prioridades da Instituição Nacional de Direitos Humanos”, marcando o arranque de mais uma edição deste programa de formação.

12 de março

Conferência ELSA - Direitos Humanos e Justiça Criminal

Participação do MNP como orador na conferência "Direitos Humanos e Sistema de Justiça Criminal", organizada pela ELSA – Associação de Estudantes de Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Lisboa.

24 de março

Participação em Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

Participação do Provedor-Adjunto na [58.ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas](#), que concluiu o 4.º ciclo do Exame Periódico Universal de Portugal. Enquanto INDH acreditada com estatuto “A”, o Provedor de Justiça teve um papel ativo ao longo de todo o exercício de avaliação do Estado português no âmbito do sistema internacional de promoção e proteção dos direitos humanos, apresentando observações e recomendações sobre a situação dos direitos humanos em Portugal. Esta última intervenção pode ser vista [aqui](#).

26 de março

Reunião com Comité do Conselho da Europa sobre Minorias Nacionais

Reunião com a [delegação do Comité Consultivo da Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa](#), que se deslocou a Lisboa, no âmbito da respetiva 5.ª visita de monitorização, procurando obter uma visão aprofundada sobre casos reportados de discriminação em Portugal.

26 e 27 de março

Conferência “Saúde Mental Comunitária” na Fundação Calouste Gulbenkian

Participação na Conferência Internacional “Saúde Mental Comunitária - Desinstitucionalização, Diversidade e Inclusão”, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, organizada pela AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial.

27 e 28 de março

Conferência de Alto Nível do Conselho da Europa

Participação da Provedora-Adjunta na [Conferência de Alto Nível para Provedores de Justiça e INDH](#), promovida pelo Conselho da Europa, em Estrasburgo. O encontro reuniu representantes de diversas instituições europeias e internacionais para debater os desafios atuais na defesa dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito, com especial enfoque no impacto da transição digital e na cooperação entre INDH e o Conselho da Europa.

NA PRÓXIMA EDIÇÃO

Relatório sobre mobilidade de pessoas com deficiência

Este relatório analisa os principais desafios enfrentados por pessoas com deficiência no acesso aos transportes públicos nos centros urbanos de Lisboa e Porto, bem como as dificuldades no estacionamento de viaturas pessoais. Com base em entrevistas a associações representativas de pessoas com deficiência, operadores de transporte, autarquias e entidades públicas, a par do trabalho de campo realizado durante o terceiro quadrimestre de 2024, o relatório identifica obstáculos, boas práticas e oportunidades de melhoria na mobilidade urbana inclusiva.

Relatório sobre controlo do ruído

Este relatório analisa o estado do ambiente acústico em Portugal, destacando os principais desafios no cumprimento das obrigações legais em matéria de planeamento, licenciamento e fiscalização de atividades ruidosas. Com base numa análise técnica detalhada, o documento identifica falhas no diagnóstico e gestão do ruído por parte de entidades públicas e privadas, sublinhando a necessidade de maior rigor e eficácia na prevenção da exposição ao ruído excessivo. Dirigido sobretudo às autoridades com responsabilidades na matéria, o relatório pretende também sensibilizar os cidadãos para o impacto do ruído na saúde e qualidade de vida, promovendo uma participação mais informada e ativa na defesa de um ambiente sonoro mais equilibrado.

PASSA A PALAVRA

Encontros na Provedoria

O primeiro “Encontros na Provedoria” realiza-se no próximo dia 5 de maio, pelas 15:30, no Palácio Vilalva, sobre o tema “Direitos Humanos, liberdade de expressão e dos media”. Num formato de conversa informal com um painel de convidados e em diálogo com o público, esta iniciativa visa fomentar uma reflexão acessível e plural sobre o papel da liberdade de expressão e dos media sob a lente dos direitos humanos.

Para participar, inscreva-se [aqui](#).

Encontros na Provedoria
direitos humanos, liberdade de expressão e dos media
5 de maio de 2025 | 15:30 - 17:30

Teresa Ribeiro
Ex-Representante da OSCE para a Liberdade dos Media

Manuel Carvalho
Jornalista

Pedro Lomba
Professor Universitário

Provedor da Justiça 50 anos

QR code and logos for Provedor da Justiça and UNESCO.

Concurso “O Futuro dos Direitos é Agora”

Está a decorrer, até 15 de Maio, o concurso “O Futuro dos Direitos é Agora”, em parceria com a Comissão Nacional da Unesco, que convida crianças e jovens a refletir sobre os direitos humanos e uma cidadania ativa.

Veja como pode concorrer [aqui](#).

este concurso é para ti.
“O FUTURO DOS DIREITOS É AGORA”

Dá asas à tua imaginação e mostra-nos o que são os direitos humanos para ti.
Concorre até 15 de maio!

Provedor da Justiça UNESCO

Regulamento do Concurso e mais informações
[www.provedor.pt](#)

Image of a child and a bridge.

A Provedoria de Justiça está nas redes sociais



A Newsletter da Provedoria de Justiça é uma publicação digital de periodicidade trimestral destinada a informar sobre a missão e trabalho do Provedor do Justiça, a par dos desenvolvimentos mais relevantes, nacionais e internacionais, no âmbito da promoção e proteção dos direitos humanos. Está acessível em www.provedor-jus.pt.

Copyright © 2025 provedor-jus.pt // All rights reserved.

<https://www.provedor-jus.pt>
(+351) 213 926 600/19/21/22

Palácio Vilalva
Rua Marquês de Fronteira
1069-452 Lisboa

Pretende alterar a forma como recebe estes emails?

Pode [atualizar as suas preferências](#) ou [anular a subscrição](#)

[Ver no Browser](#)

